

Desmate na Amazônia cai 22% em um ano, mas se mantém em nível elevado

— É a primeira vez desde 2019 que taxa fica abaixo de 10 mil km²; divulgação ocorre em meio à crise causada pelo avanço da fumaça das queimadas e às vésperas da COP

PAULA FERREIRA

O desmatamento na Amazônia caiu oficialmente 22,3% em um ano, segundo dados apresentados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente. O balanço compreende o período entre agosto de 2022 e julho deste ano, parte no governo Jair Bolsonaro (PL) e parte na gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A floresta, porém, tem sofrido nos últimos meses com uma onda de queimadas, com destaque para a região do Amazonas, onde nuvens de fumaça encobrem várias cidades, entre elas Manaus.

No total, foram desmatados no bioma 9.001 km² em 12 meses, conforme os dados consolidados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A perda de cobertura vegetal é mapeada por meio de satélites e a contagem da taxa de desmatamento sempre é feita de agosto de um ano até julho do ano seguinte.

Segundo especialistas ouvidos pelo Estadão, os resultados mostram avanço, mas em patamares ainda muito elevados de destruição. Além disso, o espalhamento recente das queimadas e a fragilidade política do governo no Congresso podem comprometer a melhora nos próximos meses.

GOVERNO. De 1.º de janeiro a 31 de outubro, houve 80.002 focos de incêndio na Amazônia, 21% a menos que no mesmo período de 2022. No Pará, no mesmo intervalo, a queda foi de 12%, e no Amazonas, de 7%. Mas o que explicaria então a fumaça sobre Manaus? Conforme especialistas, a seca forte

vem, encontra a floresta já desmatada, a deixa mais suscetível ao fogo, diminui o processo de evapotranspiração responsável por quase 50% da água sobre a Amazônia, reduz as chuvas que se deslocariam para outros pontos e fragiliza ainda mais o bioma. A quarta seca do século e a maior em décadas, aliada a um fenômeno climático que cria uma "corrente" de ventos entre três Estados, causa um cenário que já desafia o governo, como mostrou o Estadão nesta semana, apesar da melhora nos números de desmate.

"Pegamos um passivo de 6 mil km² de área desmatada do governo Bolsonaro que estará

Zero em 2030? Para especialistas, meta de zerar desmate é ameaçada por fatores como fragilidade do governo no Congresso

sendo computado para o desmatamento de 2023, mas conseguimos uma redução de 42% (nos meses de janeiro a julho) graças às ações emergenciais dentro do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM)", afirmou ontem a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

É a primeira vez desde 2019 que a taxa de desmate fica abaixo de 10 mil km². O governo apontou o aumento das ações de fiscalização em campo e a retomada na aplicação de multas como fatores que contribuíram para a queda da devastação da floresta.

RISCO. A comunidade científica internacional, porém, alertava há vários meses sobre as previsões de estiagem no Norte do País, a partir do segundo semestre, e apontava falhas no



Foram desmatados no bioma 9.001 km² em 12 meses, diz o Prodes



planejamento estratégico do governo para mapear as áreas mais suscetíveis a queimadas e prevenir a expansão das chamas pela floresta. Ao Estadão, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, admitiu nesta semana que a estrutura de combate ao fogo não é suficiente e disse que vai pedir mais recur-

sos do Fundo Amazônia, no fim do ano, para essas ações. Apesar disso, o governo não apresentou nesta quinta-feira novas estratégias de resposta imediata para frear as chamas que avançam na região.

Em relação aos riscos de nova alta no desmate após o avanço do fogo, o ministério afirmou que os dados preliminares apontam redução das taxas de destruição nos meses de agosto, setembro e outubro. Apesar da projeção positiva, o secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, André Lima, afirmou que há um contexto de risco climático para o próximo ano.

"Este El Niño é ainda mais forte que o de 1997, o que torna muito mais desafiadora nossa ação de manutenção e de ainda mais redução de desmatamento", afirmou Lima. "Isso tem efeito grande na degradação florestal, tornando-a mais vulnerável a incêndios de grandes proporções mesmo nas

áreas de florestas mais preservadas. Isso tem também um aumento no risco de desmatamento por meio da degradação florestal progressiva. A cada ano (a floresta) queima e se torna mais seca, ainda mais vulnerável a um novo incêndio. Esse é o cenário que a gente pega para implementação da próxima fase do PPCDAM."

A apresentação dos dados de queda de desmate e a crise de escalada das queimadas surgem às vésperas da Cúpula do Clima (COP-28), que ocorre a partir do fim de novembro em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A ministra Marina Silva negou que as queimadas que atingem a Amazônia possam dar um sinal negativo ao mundo. "O que temos é o compromisso com o Acordo de Paris, com o desmatamento zero. Então é isso que o mundo está acompanhando."

ESPECIALISTAS. Para Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, os resultados mostram um retorno de ações efetivas em campo, mas outros fatores podem atrapalhar novas melhoras. "A fragilidade política do governo no Congresso pode minar todo esse esforço e dificultar o alcance da meta de desmatamento zero até 2030", diz ela, que presidiu o Ibama na gestão Michel Temer (2016-2018).

"É uma redução que merece ser celebrada, mas precisa lembrar que 9 mil km² é um valor alto para a Amazônia e precisa continuar nessa tendência de queda acelerada para zerar essa destruição, já que vemos os impactos desse desmatamento na vida de muitas pessoas, não só as que estão na Amazônia, mas fora dela também", diz Mariana Napolitano, diretora de Estratégia do WWF-Brasil. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: MetrÓpole Caderno: A Pagina: 14